

Agência Estado Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010

Agência Estado Ltda.**Balancos patrimoniais**
Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.176	2.667	7.666	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	14		4.482
Contas a receber (Nota 8)	10.610	10.661	17.838	Fornecedores	7.121	5.024	3.267
Provisão para devedores duvidosos (Nota 8)	(1.569)	(1.672)	(3.411)	Salários e encargos sociais	6.232	6.253	5.872
Outras contas a receber	1.684	893	1.007	Contas a pagar e outros	4.069	3.725	2.924
Impostos a recuperar (Nota 9)	6.733	5.843	2.218	Dividendos a pagar (Nota 16)	6.553	6.936	
Partes relacionadas (Nota 14)	277	712	362	Participação dos funcionários	195	258	644
	<u>18.911</u>	<u>19.104</u>	<u>25.680</u>	Adiantamentos de clientes	445	1.221	1.496
				Partes relacionadas (Nota 14)	829	2.710	2.178
Não circulante				Programa de parcelamento fiscal (Nota 13)	439	292	465
Partes relacionadas (Nota 14)	88.253	67.054	35.443	Provisão para contingências (Nota 15)	25	96	722
Depósitos para recursos	8.567	7.687	5.897		<u>25.922</u>	<u>26.515</u>	<u>22.050</u>
Crédito tributário (Nota 10)	4.097	3.456	2.464				
Impostos a recuperar (Nota 9)	58	58		Não circulante			
Imobilizado (Nota 11)	21.442	13.829	13.337	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	6.539		21
Intangível	105	105	105	Provisão para contingências (Nota 15)	1.050	962	995
	<u>122.522</u>	<u>92.189</u>	<u>57.246</u>	Programa de parcelamento fiscal (Nota 13)	9.088	4.086	
				Outras provisões	782	737	2.133
					<u>17.459</u>	<u>5.785</u>	<u>3.149</u>
				Patrimônio líquido (Nota 16)			
				Capital social	15.030	15.030	15.030
				Lucros acumulados	83.022	63.963	42.697
					<u>98.052</u>	<u>78.993</u>	<u>57.727</u>
Total do ativo	<u><u>141.433</u></u>	<u><u>111.293</u></u>	<u><u>82.926</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>141.433</u></u>	<u><u>111.293</u></u>	<u><u>82.926</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Estado Ltda.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita líquida (Nota 18)	146.754	137.058
Custo da venda e dos serviços prestados	<u>(77.345)</u>	<u>(73.451)</u>
Lucro bruto	69.409	63.607
Despesas com vendas	(18.300)	(9.916)
Despesas administrativas	(11.224)	(12.949)
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(4.038)</u>	<u>3.734</u>
Lucro operacional	35.847	44.476
Receitas financeiras	425	454
Despesas financeiras	(198)	(456)
Variações monetárias e cambiais	<u>(205)</u>	<u>(949)</u>
Resultado financeiro (Nota 19)	<u>22</u>	<u>(951)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.869	43.525
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	<u>(9.657)</u>	<u>(14.787)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>26.212</u>	<u>28.738</u>
Lucro líquido por quota - R\$	<u>1,74</u>	<u>1,91</u>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Estado Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2009	15.030	42.697	57.727
Lucro líquido do exercício		28.738	28.738
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos (R\$ 23,60 por quota)		(7.472)	(7.472)
Em 31 de dezembro de 2009	15.030	63.963	78.993
Lucro líquido do exercício		26.212	26.212
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos (R\$ 23,60 por quota)		(7.153)	(7.153)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>15.030</u>	<u>83.022</u>	<u>98.052</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Estado Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>35.869</u>	<u>43.525</u>
Ajustes		
Depreciações	3.209	2.693
Juros e variações monetárias de empréstimos	(109)	(160)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(103)	(1.739)
Resultado por adesão ao parcelamento fiscal	5.200	2.129
Provisão para contingências	88	(713)
Provisão para impostos parcelados		(1.360)
Outras obrigações	<u>12</u>	<u>406</u>
	<u>8.297</u>	<u>1.256</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(10.512)</u>	<u>(14.475)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	52	7.177
Impostos a recuperar	(1.185)	(3.625)
Depósitos para recursos	(1.566)	(1.645)
Outras contas a receber	190	(89)
Partes relacionadas	(28.958)	(31.652)
Fornecedores	1.474	1.748
Salários e encargos sociais	(84)	(5)
Adiantamentos de clientes	(776)	(275)
Contingências	148	(43)
Impostos parcelados		1.857
Outras contas a pagar	<u>(62)</u>	<u>(903)</u>
	<u>(30.767)</u>	<u>(27.455)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>2.887</u>	<u>2.851</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	<u>(10.822)</u>	<u>(3.187)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10.822)</u>	<u>(3.187)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	6.528	
Amortizações de empréstimos	<u>(84)</u>	<u>(4.663)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>6.444</u>	<u>(4.663)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.491)	(4.999)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.667</u>	<u>7.666</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.176</u>	<u>2.667</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Agência Estado Ltda. é uma subsidiária integral da S.A. "O Estado de S. Paulo". Com sede em São Paulo, foi fundada em 1970, e tem como atividade principal a produção e distribuição de informações para empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, veículos de comunicação, investidores pessoas físicas e profissionais liberais.

A Agência Estado Ltda. opera integralmente e tem estruturas e custos administrativos, gerenciais e operacionais compartilhados com as demais empresas do Grupo Estado (Rádio Eldorado Ltda., S.A. "O Estado de S. Paulo", OESP Participações S.A., OESP Gráfica S.A. e OESP Mídia Ltda.).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Contas a receber de clientes", "Demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (c) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de informações, cotações financeiras e informações em tempo real. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*).

2.5 Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social e adições temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico de rentabilidade e as projeções de resultados futuros.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 11.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	<u>Anos</u>
Edificações	36
Equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Empresa fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

2.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Empresa participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Empresa tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, a Empresa paga contribuições a entidade fechada de previdência privada, Companhia de Previdência Privada OESPREV ("OESPREV") em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Participação nos lucros

A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Empresa espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas e cíveis são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.14 Reconhecimento de receita e redução ao valor recuperável de contas a receber

A Empresa reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

A Empresa efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato, conforme requerido pelo CPC 30 - "Receitas", sendo que os efeitos resultantes foram contabilizados no resultado de cada período.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados na efetiva execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para a controladora da Empresa reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Reconhecimento de receita e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo Estado gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

O Grupo Estado não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos do Grupo Estado proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades do Grupo Estado o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas do Grupo é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto o custo do papel jornal e o conteúdo das bolsas internacionais são denominados em dólar e alguns em euro, causando um descasamento natural de moedas.

O programa de gestão de risco do Grupo Estado se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Estado, segundo as políticas aprovadas pela administração.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- Passivos financeiros - sujeitos a juros com taxas usuais de mercado (Nota 12).

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas principalmente com relação ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis passivos indexados as respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Dólar norte-americano	268	1.281	1.187
Libra esterlina	9	27	25
Euro	—	26	—
	<u>277</u>	<u>1.334</u>	<u>1.212</u>

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Empresa não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Empresa está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os *ratings* divulgados ao mercado. Vide Nota 7.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Empresa avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. O Grupo reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total do contas a receber da Empresa.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo Estado e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de Tesouraria. O Grupo de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Até um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2010				
FINEP	14	807	2.906	2.826
Fornecedores e contas a pagar	<u>11.190</u>			
	<u>11.204</u>	<u>807</u>	<u>2.906</u>	<u>2.826</u>
Em 31 de dezembro de 2009				
Fornecedores e contas a pagar	<u>8.749</u>			
	<u>8.749</u>			
Em 1º de janeiro de 2009				
FINEP	4.482	21		
Fornecedores e contas a pagar	<u>6.191</u>			
	<u>10.673</u>	<u>21</u>		

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

4.2 Estimativa do valor justo

A Empresa estima que os saldos das contas a receber de clientes, menos provisão para perda, e de contas a pagar aos fornecedores estejam próximos dos seus valores justo, não sendo necessário nenhum ajuste.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

A Empresa aplica a alteração para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 todos os instrumentos financeiros ativos estão classificados no Nível 2.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	1.176	2.667	7.666
Contas a receber de clientes	<u>9.041</u>	<u>8.989</u>	<u>14.427</u>
	<u>10.217</u>	<u>11.656</u>	<u>22.093</u>
Passivos			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	6.553		4.503
Fornecedores e contas a pagar	<u>11.190</u>	<u>8.749</u>	<u>6.191</u>
	<u>17.743</u>	<u>8.749</u>	<u>10.694</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixas e bancos	1.176	1.356	3.023
Aplicações financeiras	<u> </u>	<u>1.311</u>	<u>4.643</u>
	<u>1.176</u>	<u>2.667</u>	<u>7.666</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento de 100% do CDI e liquidez imediata.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

7 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Empresa considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras			
AA+ (bra)	10	49	1.794
AAA (bra)	1.149	2.601	5.853
Outros	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>19</u>
	<u>1.176</u>	<u>2.667</u>	<u>7.666</u>

8 Contas a receber de clientes

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Contas a receber de clientes	10.610	10.661	17.838
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	<u>(1.569)</u>	<u>(1.672)</u>	<u>(3.411)</u>
Parcela circulante	<u>9.041</u>	<u>8.989</u>	<u>14.427</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o contas a receber de clientes no valor de R\$ 2.913 (2009 - R\$ 2.320; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 7.492) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
A vencer	6.128	6.669	6.935
Até três meses	2.769	1.909	5.758
De três a seis meses	<u>144</u>	<u>411</u>	<u>1.734</u>
	<u>9.041</u>	<u>8.989</u>	<u>14.427</u>

Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes, no total de R\$ 1.569 (2009 - R\$ 1.672; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 3.411) estavam vencidas e provisionadas. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De três a seis meses	177	275	1.348
Acima de seis meses	<u>1.392</u>	<u>1.397</u>	<u>2.063</u>
	<u><u>1.569</u></u>	<u><u>1.672</u></u>	<u><u>3.411</u></u>

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes são as seguintes:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	1.672	3.411
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	381	(1.194)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	<u>(484)</u>	<u>(545)</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>1.569</u></u>	<u><u>1.672</u></u>

9 Impostos a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
IRPJ e CSLL	4.074	1.775	1.147
PIS e COFINS	1.462	1.145	841
ISSQN	7	30	37
INSS	1.190	2.863	
Outros	<u>58</u>	<u>88</u>	<u>193</u>
	<u>6.791</u>	<u>5.901</u>	<u>2.218</u>
Parcela não circulante	<u>58</u>	<u>58</u>	
Parcela circulante	<u><u>6.733</u></u>	<u><u>5.843</u></u>	<u><u>2.218</u></u>

A parcela não circulante terá realização em percentual aproximado de 25% em cada ano.

10 Impostos diferidos

A Empresa utiliza a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes diferenças temporárias referentes:

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

(a) às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (b) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (c) às diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de crédito tributário em 2010 totalizaram R\$ 4.097 (em 2009 R\$ 3.456, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 2.464), e é esperada a realização no prazo de um ano de R\$ 716 (em 2009 R\$ 821, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 339) e o restante será realizado: 13% em 2012 e o restante em até três anos.

(a) Reconciliação da despesa de IR e CSLL

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro antes do IR e da CSLL	35.869	43.525
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	<u>(12.196)</u>	<u>(14.798)</u>
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre capital próprio	1.360	1.215
Diferenças permanentes	<u>1.179</u>	<u>(1.204)</u>
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>(9.657)</u>	<u>(14.787)</u>
Corrente	(11.315)	(14.475)
Diferido	<u>1.658</u>	<u>(312)</u>
	<u>(9.657)</u>	<u>(14.787)</u>
Taxa efetiva - %	27	34

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	541	649	508
Provisão para devedores duvidosos	533	568	1.160
Outras provisões temporárias	<u>3.023</u>	<u>2.239</u>	<u>796</u>
	<u>4.097</u>	<u>3.456</u>	<u>2.464</u>

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

(c) Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e de 2008, a Empresa optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Em 2010, a Empresa também adotou as mesmas práticas tributárias de 2008 e de 2009, uma vez que o RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

11 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos eletrônicos</u>	<u>Equipamentos e instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total do imobilizado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.910	1.662	8.959	237	216	12.984	353	13.337
Aquisição			854		5	859	2.328	3.187
Baixas líquidas				(2)		(2)		(2)
Transferências		90	263			353	(353)	
Depreciação		(114)	(2.432)	(69)	(78)	(2.693)		(2.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>1.910</u>	<u>1.638</u>	<u>7.644</u>	<u>166</u>	<u>143</u>	<u>11.501</u>	<u>2.328</u>	<u>13.829</u>
Custo total	1.910	2.863	29.286	2.095	1.579	37.733	2.328	40.061
Depreciação acumulada		(1.225)	(21.642)	(1.929)	(1.436)	(26.232)		(26.232)
Valor residual	<u>1.910</u>	<u>1.638</u>	<u>7.644</u>	<u>166</u>	<u>143</u>	<u>11.501</u>	<u>2.328</u>	<u>13.829</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.910	1.638	7.644	166	143	11.501	2.328	13.829
Aquisição			432	6		438	10.384	10.822
Transferências			2.291			2.291	(2.291)	
Depreciação		(115)	(2.970)	(64)	(60)	(3.209)		(3.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.910</u>	<u>1.523</u>	<u>7.397</u>	<u>108</u>	<u>83</u>	<u>11.021</u>	<u>10.421</u>	<u>21.442</u>
Custo total	1.910	2.863	31.968	2.099	1.579	40.419	10.421	50.840
Depreciação acumulada		(1.340)	(24.571)	(1.991)	(1.496)	(29.398)		(29.398)
Valor residual	<u>1.910</u>	<u>1.523</u>	<u>7.397</u>	<u>108</u>	<u>83</u>	<u>11.021</u>	<u>10.421</u>	<u>21.442</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,8	20	10	10			

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

As operações de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 121, em 31 de dezembro de 2009, o total é R\$ 91, os bens objeto do arrendamento correspondem a equipamentos de informática e possuem prazo de três anos.

As operações de arrendamento mercantil financeiro mantidas pela Empresa estão reconhecidas nos saldos patrimoniais.

O imobilizado em andamento refere-se à atualização das diversas plataformas tecnológicas de produtos voltados para o cliente.

12 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano - %</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Nacionais				
Capital de giro	CDI	2		47
FINEP	TJLP	3,5	6.553	4.456
			<u>6.553</u>	<u>4.503</u>
Circulante			<u>(14)</u>	<u>(4.482)</u>
Não circulante			<u>6.539</u>	<u>21</u>

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro de 2010:

<u>Vencimento das parcelas a longo prazo</u>	<u>Em moeda nacional</u>	<u>Percentual</u>
2012	806	12
2013	969	15
2014	969	15
2015	969	15
2016	969	15
2017 a 2018	1.857	28
	<u>6.539</u>	<u>100</u>

(b) Movimentação

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Saldo no início do exercício		4.503	10.444
Captações	6.528		
Amortização	(84)	(4.663)	(6.650)
Juros e variação cambial	109	160	709
Saldo no fim do exercício	<u>6.553</u>	<u>4.503</u>	<u>4.503</u>

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

(c) Garantias

A Empresa, em conjunto com as demais empresas do Grupo Estado são garantidoras da liquidação das debêntures emitidas pela S.A. "O Estado de S. Paulo", obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

Cessão fiduciária - a emissora e as garantidoras dão em garantia duas carteiras de recebíveis e todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Bradesco. O valor mínimo dos créditos cedidos fiduciariamente deverá equivaler a R\$ 30.000 no primeiro ano da emissão e R\$ 20.000 nos demais anos, até a data de vencimento.

13 Programa de parcelamento fiscal

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

Os débitos incluídos são aqueles originados substancialmente de:

- . INSS - débitos parcelados anteriormente, em setembro de 2006, através do PAEX e parcelados em maio de 2008 através de Parcelamento Ordinário;
- . débito discutido em Mandado de Segurança, objetivando proceder a compensação de 1/3 da COFINS com o montante que for devido a título de CSLL, sem a limitação temporal imposta pela Lei nº 9.718/98;
- . compensação de débito de imposto sobre a renda retido na fonte, não homologada pela Receita Federal do Brasil.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2009 dos débitos incluídos no parcelamento atualizado é de R\$ 4.378. Os impactos no resultado, reconhecidos em 2009, estão relacionados ao reconhecimento de débitos não provisionados anteriormente de R\$ 3.603, reconhecimento de crédito por benefício de multa e juros no montante R\$ 1.506 e provisão de honorários advocatícios. A atualização monetária pela SELIC em 2010 foi de R\$ 403 (2009 - R\$ 32).

Em dezembro de 2010, a Agência Estado Ltda. aderiu ao PPI Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura criado pela Lei nº 14.129/06, visando regularizar passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 dos débitos incluídos no parcelamento atualizado é de R\$ 18.301. Os impactos no resultado, reconhecidos em 2010, estão relacionados ao reconhecimento de débitos não provisionados anteriormente de R\$ 18.301, reconhecimento de crédito por benefício de multa e juros, no montante de R\$ 13.504 e provisão de honorários advocatícios.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Total a pagar	4.378	5.852
Dívida de novo parcelamento (ISSQN)	18.301	
Anistia de multa	(932)	(326)
Anistia de juros	(12.196)	(587)
Anistia de encargos	(376)	(593)
Saldo	9.175	4.346
Amortização	(51)	
Atualização monetária	403	32
	<u>9.527</u>	<u>4.378</u>
Circulante	(439)	(292)
Não circulante	<u>9.088</u>	<u>4.086</u>

14 Partes relacionadas

As operações entre as empresas correspondem aos serviços e despesas compartilhadas e também das operações de mútuo. Sobre os contratos de mútuo não há incidência de encargos financeiros, tampouco prazo de vencimento. Os valores relativos a partes relacionadas estão assim compostos:

		<u>Saldos a receber (pagar)</u>		
		<u>31 de</u>	<u>31 de</u>	<u>1º de</u>
		<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>janeiro</u>
		<u>de 2010</u>	<u>de 2009</u>	<u>de 2009</u>
<u>Natureza</u>				
Ativo circulante				
S.A. "O Estado de S. Paulo"	Prestação de serviços	247	231	362
OESP Mídia Ltda.		30	481	
		<u>277</u>	<u>712</u>	<u>362</u>
Ativo não circulante				
S.A. "O Estado de S. Paulo"	Empréstimos	88.253	67.054	35.443
		<u>88.253</u>	<u>67.054</u>	<u>35.443</u>
Passivo circulante				
S.A. "O Estado de S. Paulo"	Prestação de serviços	828	2.600	2.178
OESP Mídia Ltda.			107	
Outras		1	3	
		<u>829</u>	<u>2.710</u>	<u>2.178</u>

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(a) Vendas de produtos e serviços

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas de informações financeiras		
S.A. "O Estado de S. Paulo"	97	2
OESP Mídia Ltda.	<u>360</u>	<u>481</u>
	<u>457</u>	<u>483</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base na atualização dos custos.

(b) Compras de produtos e serviços

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Compras de publicidade		
S.A. "O Estado de S. Paulo"	2.494	1.951
Rádio Eldorado Ltda.	<u> </u>	<u>1</u>
	<u>2.494</u>	<u>1.952</u>

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração dos executivos e administradores da Empresa são resumidas conforme abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e encargos	1.037	964
Remuneração dos administradores	263	12
Participação nos lucros		252
Outros	<u>4</u>	<u>4</u>
	<u>1.304</u>	<u>1.232</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 17). A Empresa não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributários		(209)	(209)	411	(602)	(191)
Cíveis		(63)	(63)		(108)	(108)
Trabalhistas	514	(1.317)	(803)	440	(1.199)	(759)
	<u>514</u>	<u>(1.589)</u>	<u>(1.075)</u>	<u>851</u>	<u>(1.909)</u>	<u>(1.058)</u>
Parcela circulante			25			96
Parcela não circulante			<u>(1.050)</u>			<u>(962)</u>

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributários			
Saldo no início do exercício	(602)	(1.516)	(3.163)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>393</u>	<u>914</u>	<u>1.647</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(209)</u>	<u>(602)</u>	<u>(1.516)</u>
Cíveis			
Saldo no início do exercício	(108)	(96)	(131)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>45</u>	<u>(12)</u>	<u>35</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(63)</u>	<u>(108)</u>	<u>(96)</u>
Trabalhistas			
Saldo no início do exercício	(1.199)	(1.046)	(1.794)
(Adições)/baixas, líquidas	<u>(118)</u>	<u>(153)</u>	<u>748</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.317)</u>	<u>(1.199)</u>	<u>(1.046)</u>

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

As principais movimentações ocorridas são as seguintes:

(i) Contingências tributárias

Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa reverteu a provisão dos seguintes processos:

- . Discussão judicial quanto à constitucionalidade do alargamento da base da COFINS conforme Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A reversão de R\$ 721 foi efetuada em conformidade com a posição dos seus advogados.
- . Discussão judicial relativa à contribuição social sobre o lucro compensada com 1/3 da COFINS, no valor de R\$ 249 devido a adesão ao REFIS conforme a Lei nº 11.941 de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa reverteu a provisão para compensação integral de prejuízos fiscais no montante de R\$ 411 devido à prescrição do prazo de autuação.

(ii) Contingências cíveis

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por supostos dano moral e/ou material.

(iii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas da Empresa nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam a R\$ 5.690 em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 40.055), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante de R\$ 5.690 referem-se a:

- . discussões sobre a cobrança de imposto sobre serviços (ISSQN) - R\$ 5.325;
- . indenizações por processos cíveis iniciados em 2010 - R\$ 365.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Empresa é composto de 15.030.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

(b) Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Empresa propôs, em reunião de diretoria realizada em 20 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de dividendos e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), *ad referendum*

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

da reunião dos sócios a ser realizada em 20 de abril de 2011. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira. Para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

A proposta de dividendos e juros sobre capital próprio consignada nas demonstrações financeiras da Empresa, sujeita à aprovação em reunião dos sócios, é assim demonstrada:

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	<u>26.212</u>
Dividendo proposto	<u>6.553</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	7.153
Efeito tributário sobre juros sobre capital próprio	<u>(600)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos	<u>6.553</u>

17 Plano de previdência privada

A Empresa, como copatrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu com R\$ 519 em 2010 (2009 - R\$ 346).

18 Receita líquida

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	163.679	155.892
Deduções de vendas	<u>(16.925)</u>	<u>(18.834)</u>
Receita líquida	<u>146.754</u>	<u>137.058</u>

19 Resultado financeiro

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(109)	(156)
Outras despesas financeiras	<u>(89)</u>	<u>(300)</u>
	<u>(198)</u>	<u>(456)</u>

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	147	64
Outras receitas financeiras	<u>278</u>	<u>390</u>
	<u>425</u>	<u>454</u>
Variações cambiais e monetárias		
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	<u>(205)</u>	<u>(949)</u>
	<u>(205)</u>	<u>(949)</u>
	<u>22</u>	<u>(951)</u>
20 Custos e despesas por natureza		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas com pessoal	47.185	43.984
Serviços de terceiros	46.171	38.862
Despesas assistenciais	1.462	832
Promoção e propaganda	1.338	1.084
Depreciações e amortizações	3.209	2.693
Programa de parcelamento incentivado (ISSQN)	4.797	
Programa de parcelamento fiscal	403	1.474
Outras despesas	<u>6.342</u>	<u>3.653</u>
	<u>110.907</u>	<u>92.582</u>

21 Cobertura de seguros

A Empresa mantém cobertura de seguros no montante de R\$ 37.966 (2009 - R\$ 37.966) considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

22 Adoção dos CPCs pela primeira vez

22.1 Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 2008, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, as práticas contábeis adotadas no Brasil sofreram substanciais modificações. A Empresa aplicou a norma de adoção inicial na preparação dessas demonstrações financeiras.

Agência Estado Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A data de transição da Empresa é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo as novas práticas contábeis adotadas nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas.

23 Isenções da aplicação retrospectiva

Com relação às isenções constantes do CPC 37, não se aplicam à Empresa:

- (a) combinação de negócios - o CPC 15 foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2009;
- (b) contratos de seguros - os contratos de seguros celebrados pela Empresa não estão no escopo deste pronunciamento;
- (c) custo atribuído ao ativo imobilizado - o ativo imobilizado já vinha sendo depreciado com base na vida útil estimada e a administração optou por não utilizar o custo atribuído;
- (d) ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas - a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos foi aplicada concomitantemente e de forma consistentes em todas as controladas e coligadas do Grupo;
- (e) instrumentos financeiros compostos - não há operações envolvendo esse tipo de instrumentos financeiros;
- (f) passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado - a Empresa não possui contratos incluídos neste escopo;
- (g) ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 1 - "Contratos de Concessão" - a Empresa não possui contratos de concessão.

Conciliação entre BR GAAP antigo e os novos CPCs

A Empresa não apresentou diferenças significativas em decorrência da alteração das novas práticas contábeis.

* * *

Agência Estado Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais

DIRETORIA

Silvio José Genesini Júnior
Presidente

DIRETORES

Ricardo Gandour
Daniel Bleecker Parke
Ricardo do Valle Dellape – Diretor Financeiro

Francisco Antonio Valladares Camina
Gerente de Controladoria
Contador-CRC 1SP222485/O-5